



Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior-General das Forças Armadas

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: Ajuste Direto

NPD n.º 2020006041

Aquisição do Serviço de transporte de bens pessoais Alemanha-Portugal (15 de Julho)

Índice

PARTE I Claúsulas Jurídicas 3
Cláusula 1.ª Objeto 3
Cláusula 2.ª Contrato 3
Cláusula 3.ª Prazo 4
Cláusula 4.ª Obrigações principais do fornecedor 4
Cláusula 5.ª Locais de prestação do serviço 7
Cláusula 6.ª Seguro dos bens 7
Cláusula 7.ª Cubicagem dos bens a transportar 8
Cláusula 8.ª Níveis de serviço 8
Cláusula 9.ª Aceitação dos serviços prestados 9
Cláusula 10.ª Objeto do dever de sigilo 9
Cláusula 11.ª Preço contratual 9
Cláusula 12.ª Condições de pagamento 10
Cláusula 13.ª Caução 11
Cláusula 14.ª Penalidades contratuais 11
Cláusula 15.ª Força maior 12
Cláusula 16.ª Resolução de contrato por parte do contraente público 13
Cláusula 17.ª Resolução de contrato por parte do fornecedor 13
Cláusula 18.ª Foro competente 14
Cláusula 19.ª Cessão da posição contratual e subcontratação 15
Cláusula 20.ª Comunicações e notificações 15
Cláusula 21.ª Deveres de colaboração recíproca e informação 15
Cláusula 22.ª Contagem dos prazos 16
Cláusula 23.ª Legislação 16

PARTE II Condições Específicas 17
Cláusula 24.ª Dados Gerais do transporte de bens 17
Cláusula 25.ª Lista de bens a transportar 17
Cláusula 26.ª Detalhe da lista de eletrodomésticos a transportar 19
Cláusula 27.ª Detalhe da lista de instrumentos musicais a transportar 19
Cláusula 28.ª Detalhe da lista dos liquidos e bebidas a transportar 20
Cláusula 29.ª Detalhe da lista do mobiliário a transportar 20
Cláusula 30.ª Condições específicas 21

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I
CLAÚSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição do "**Serviço de transporte dos bens pessoais Alemanha-Portugal (15 de julho)"**, cujas condições técnicas especificas se encontram expressas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. A execução do contrato obedece:
   a. Às cláusulas do contrato, quando reduzido a escrito, e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
   b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
   a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c. O caderno de encargos integrado pelo convite;
   d. A proposta adjudicada;

e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP.

5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. A recolha dos bens a transportar será efetuada em data a combinar com o militar.

2. A entrega dos bens transportados no destino deve ser efetuada em **15 de julho de 2020.**

3. As datas de recolha e entrega dos bens, acordadas com o militar, devem ser comunicadas pelo adjudicatário, por escrito, à entidade adjudicante, até 48h antes da data da prestação do serviço.

4. As datas previstas para efetuar o transporte podem ser alteradas por acordo entre o adjudicatário, o militar, titular dos bens a transportar no âmbito deste procedimento, e a entidade adjudicante.

5. O contrato mantém-se em vigor até ao final da prestação dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

a. Efetuar o serviço, com qualidade, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais identificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;

b. Garantir os serviços prestados;

c. Executar o objeto do contrato nas datas e prazos contratados;

d. Identificar os bens a transportar, inclusive dos bens que requeiram transporte especial e de documentação acessória por estarem em nome diferente do militar, do presente caderno de encargos, mesmo que não identificados na parte II do presente caderno de encargos.

e. Entregar, à entidade adjudicante, listagem discriminativa dos bens carregados na origem e descarregados no destino, devidamente rubricada pela firma transportadora e pelo militar proprietário dos bens, no prazo de **5 dias** contínuos após a realização da prestação do serviço;

f. Garantir toda a documentação necessária ao serviço de transporte dos bens do militar e agregado familiar que o acompanhe, inclusive, dos bens em nome de qualquer elemento do agregado familiar;

g. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da prestação do serviço, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;

h. Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;

i. Suportar todas as despesas inerentes à prestação dos serviços objeto do contrato, nomeadamente, as decorrentes de embalagem, transporte, desalfandegamento, fiscalização ou outras decorrentes da execução da prestação de serviços;

j. Comunicar, antecipadamente, à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;

k. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;

l. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

m. Assumir integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante pela boa prestação dos mesmos;

n. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

o. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;

p. Garantir todos os meios ao seu dispor no sentido de prestar um serviço com elevados padrões de qualidade e eficácia.

q. Ser tomador dos seguros previstos no presente caderno de encargos;

r. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, com elevados padrões de qualidade, nos termos do disposto no artigo 452.º do CCP;

s. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;

t. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;

u. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

v. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

2. São ainda obrigações específicas do transporte de bens as seguintes:

a. Executar integralmente o transporte dos bens, da morada de recolha para a morada de entrega;

b. Assegurar:

1) A desmontagem e montagem de móveis e, quando aplicável, eletrodomésticos ou outros bens;

2) O embalamento adequado dos bens;

3) O correto acondicionamento dos bens durante o transporte;

4) Que todos os bens transportados ficam montados e instalados, adequadamente, prontos a utilizar, conforme se encontravam no local de recolha. Sempre que, o transporte de instrumentos musicais, requerer afinação devido ao transporte, o serviço de afinação deve ser garantido;

5) Todos os meios ao seu dispor, no sentido de prestar um serviço com elevados parâmetros de qualidade e eficácia.

Cláusula 5.ª

Locais de prestação do serviço

Os bens objeto do transporte devem ser recolhidos e entregues nas moradas indicadas na parte II do presente caderno de encargos e o transporte efetuado no prazo e datas constantes na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos.

Cláusula 6.ª

Seguro dos bens

1. Com o objetivo de segurar os bens transportados, o adjudicatário obriga-se a contratar um seguro contra todos os riscos, num capital **seguro sem franquia, no valor mínimo de 44.599,15 €,** podendo o mesmo atingir 20 vezes o montante da remuneração mensal do militar, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 1/84, de 06 de janeiro, sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante.

2. Deve ser enviado documento comprovativo da apólice referida no número anterior, ao contraente público, após a notificação da adjudicação e antes do início do transporte dos bens.

3. O valor dos danos ocorridos no transporte dos bens é pago ao militar, titular dos bens a transportar no âmbito deste procedimento, desde que resulte de causas que não lhe sejam imputáveis.

Cláusula 7.ª

Cubicagem dos bens a transportar

1. A cubicagem dos bens a transportar deve ser determinada em visita a acordar com o militar titular dos bens a transportar, objeto do presente caderno de encargos e tendo em consideração a informação constante na parte II do presente caderno de encargos.

2. Os interessados devem realizar a visita, executando os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, e efetuar listagem discriminativa da totalidade dos bens a transportar.

3. Os concorrentes não podem invocar o desconhecimento dos bens a transportar, por não ter exercido o direito de visita, quer em sede de apresentação de proposta, quer em sede de execução do contrato.

4. Os concorrentes não podem invocar que os bens a transportar são diferentes dos identificados na visita efetuada, se a listagem dos bens a transportar não constar da proposta apresentada, devendo, ainda, identificar, claramente, os bens a transportar que não constem da listagem referida.

5. A cubicagem dos bens a transportar não pode ultrapassar o limite de **60 m^3**.

Cláusula 8.ª

Níveis de serviço

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 9.ª

Aceitação dos serviços prestados

1. O adjudicatário deve obter comprovativo junto do militar, titular dos bens a transportar no âmbito deste procedimento, da total execução do objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, assinado pelos representantes do adjudicatário e do referido militar.

2. A assinatura do comprovativo a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos serviços objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público e ao militar, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.

3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O fornecedor responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da

emissão da fatura, se este for legalmente devido, não podendo exceder o montante de **6.350,00€** (seis mil trezentos e cinquenta euros), sem IVA.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao transporte, desmontagem, embalamento, acondicionamento, montagem e instalação adequada e pronto a utilizar, desembaraço, fiscalizações, inspeções, entre outros, inerentes ao transporte dos bens.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega, montagem e instalação adequada e pronto a utilizar, inclusive, eventual, afinação dos bens transportados (necessária por motivo do transporte do bem), e após o pagamento do valor de eventuais danos, ocorridos durante o transporte, por causa não imputável ao militar , titular dos bens a transportar no âmbito deste procedimento.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de sessenta dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.

4. Toda a faturação deve ser remetida para a seguinte morada:

Direção de Finanças do Estado-Maior-General das Forças Armadas (DIRFIN)
Avenida Ilha da Madeira
1449-004 Lisboa

5. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o número do processo de despesa (NPD), o número do pedido de compra (PC) e respetivo compromisso orçamental, a descrição do processo e, caso haja lugar a contrato escrito, o número do contrato.

6. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.

Cláusula 13.ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos de prestação do serviço objeto do contrato, até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso.

2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse, razoavelmente, exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.

3. Não constituem força maior:
   a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
   b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;
   e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
   g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte da entidade adjudicante, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.

5. A entidade adjudicante pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao adjudicatário de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Resolução de contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:

a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;

c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a), do n.º 1 apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do artigo 449.º do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, em função dos critérios legais vigentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.

5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos

deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente, impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª

Legislação

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato são observadas as normas do CCP e demais legislação aplicável.

Aprovo,

Paulo António Pires

Assinado de forma digital por Paulo António Pires
Dados: 2020.06.25 14:27:44 +01'00'

Paulo António Pires

Comodoro

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE II

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Cláusula 24.ª

Dados Gerais do transporte de bens

Identificação do processo de transporte			**Observações**
Processo		2020006041	
Valor estimado dos bens a transportar		**44.599,15 €**	**Valor mínimo a segurar**
Contactos	**Telefone:**	213043476	
	Email	**DIRFIN_transporte_bens@emgfa.pt**	
Dados do transporte - Carga			**Observações**
Data de carga:		A acordar com o militar	
Morada de carga:		**Estugarda**	**ALEMANHA**
Dados do transporte - Descarga			**Observações**
Data de entrega:		**15 de julho de 2020**	
Morada de descarga:		**Coimbra**	**PORTUGAL**

Cláusula 25.ª

Lista de bens a transportar

Nº item	ARTIGOS/BENS	Quantidade	Valor	Dimensão [cm]	Obs
001	almofadas	4	30,00 €	70x50x20	
002	acessórios cozinha	1	30,00 €	30x20x20	caixa
003	artigos de costura (cx)	1	35,00 €	30x20x20	caixa
004	artigos diversos (cx1)	1	1.275,00 €	50x45x36	caixa
005	artigos de beleza (cx2)	1	594,00 €	50x45x36	caixa
006	artigos de beleza (cx3)	1	250,00 €	50x45x36	caixa
007	artigos de beleza (cx4)	1	346,00 €	50x45x36	caixa
008	artigos WC	2	120,00 €	50x45x36	caixa
009	acessórios elétricos	1	50,00 €		caixa
010	bicicletas	1	400,00 €	170x110x25	
011	camara de vídeo	1	450,00 €	30x18x18	em estojo
012	carro	1	12.500,00 €	397x168x144	VW Polo Sound [S JB 971]
013	CD's (cx)	1	600,00 €		70 CD
014	cobertores	5	125,00 €	100x60x50	
015	computador *	1	500,00 €	35x26x7	portátil em saco transporte
016	edredons	8	800,00 €	100x100x100	

Nº item	ARTIGOS/BENS	Quantidade	Valor	Dimensão [cm]	Obs
017	eletrodomésticos ***	19	4.753,99 €		(ver Cláusula 26.ª)
018	equipamentos de cozinha	1	80,00 €	50x45x36	cx
019	Equipamento de Estética Multifunções	1	342,00 €	40x40x30	cx transporte
020	faqueiro	1	300,00 €	50x31x20	
021	ferramentas (cx)	1	300,00 €	60x40x40	
022	Impressora jato tinta (epson)	1	75,00 €	50x40x20	
023	Instrumentos musicais ***	3	1.390,00 €		detalhe na **Cláusula 27.ª**
024	Leitor CD	1	75,00€	35x20x20	
025	Líquidos e bebidas		1.545,00€		Detalhe na **Cláusula 28.ª**
026	Livros	60	720,00€	50x45x36	Cx
027	Louças	2	100,00€	50x45x36	Cx
028	Malas	1	150,00€	80x48x35	Sansonite
029	Mala	2	220,00€	80x45x36	(cx transporte art militares)
030	Máquina fotográfica	1	350,00€	25x20x16	em estojo próprio
031	Máquina de costura	1	150,00€	50x35x22	cx
032	Mercearia (diversa)	2	70,00€	50x45x36	cx
033	Mobiliário ***	12	2.896,00€		Peças (detalhe na **Cláusula 29.ª)**
034	Overboard	1	200,00€	60x20x20	
035	Prancha de neve	1	30,00€	90x50x20	
036	Quadros	4	200,00€	70x45x25	
037	Roupa de casa	10	50,00€	cx	lençóis
038	Roupa de homem (inclui calçado)		2.500,00€	2m^3	estimativa
039	Roupa de Senhora (inclui calçado)		5.500,00€	4 m^3	estimativa
040	Scooter elétrica (Xiaomi Mijia)	1	587,16€	115x55x25	cx
041	Tapetes **	4	800,00€	300x200 110x70 100x65 80x70	em rolo
042	Televisões (LCD)	2	700,00€	100x70x20 70x38x15	37" e 26"
043	Toalhas e roupa decorativa	2	500,00€		cx
044	Toalhas de cozinha e banho	2	150,00€		cx
045	Tryke	1	80,00€	110x25x25	cx própria
046	Utensílios de cozinha	2	150,00€	60x45x40	cx
047	Passadeira de corrida	1	1400,00€;	190x83x38	peso 85 kg Valor de
048	Saco de Boxe autoportante	2	130,00€.	125x28x28 48x48x44	Duas caixas
	TOTAL:		44.599,15**€**		

Cláusula 26.ª

Detalhe da lista de eletrodomésticos a transportar

Nº item	Artigo	Valor	Dimensão (cm)	Obs
001	Varinha mágica	75,00 €	(30x08x08)	
002	Máquina Café Nespresso	100,00 €	(30X27x18)	N
003	Cafeteira elétrica	35,00 €	(40x22x30)	N
004	Robot Cozinha	300,00 €	(50x32x25)	
005	Panela a vapor	50,00 €	30x20x20	
006	Fritadeira	50,00 €	(40x22x30)	cx
007	Torradeira	20,00 €	(20x15x08)	N
008	Torradeira	20,00 €	(33x15x20)	
009	Espiralizador	30,00 €	(30x26x17)	cx
010	Batedeira	50,00 €	(25x18x15)	cx
011	Grelhador Placa	30,00 €	(40x27x06)	
012	Grelhador elétrico	35,00 €	(42x27x25)	
013	Máquina de Pão	30,00 €	(42x30x27)	
014	Air fryer	55,00 €	36x33x33	cx
015	Aspirador Robot	400,00 €	35x35x10	cx
016	Aspirador Roomba	3.000,00 €	50x35x30	cx
017	Caldeira a vapor (Tefal)	120,00 €	40x30x26	cx
018	Ferro a vapor (tefal)	50,00 €	25x18x15	cx
019	Arca frigorífica vertical	303,99	148x61x57	cx
TOTAL (estimativa)		**4.753,99 €**		

Cláusula 27.ª

Detalhe da lista de instrumentos musicais a transportar

Nº Item	Artigo	Valor	Dimensão (cm)	Obs
001	Piano Thomann SP-5600 Deluxe Set	511,00 €	150x50x25	Cx Própria
002	- Banco		70x63x18	Cx Própria
003	- Móvel		1400x405x230	Cx Própria
004	- Cobertura		-	Novo
005	Saxofone MARCA	300,00 €	62x30x16	estojo próprio
006	Bateria digital YAMAHA DTX 450K	579,00 €	90x60x43	Cx
TOTAL		**1.390,00 €**		

Cláusula 28.ª

Detalhe da lista dos liquidos e bebidas a transportar

Nº item	Artigo	Quantidade	Valor	Dimensão (cm)	Obs
001	Garrafas espumante (cx)	6	360,00 €	32x29x19	cx
002	Produtos higiene	10	280,00 €	40x35x30	cx1
003	Produtos de Higiene (cx)	7	180,00 €	40x35x30	cx2
004	Bebidas espirituosas (garrafas)	30	650,00 €	30x12x12	garrafas
005	Bebidas	1	75,00 €	40x35x30	
TOTAL			**1.545,00 €**		

Cláusula 29.ª

Detalhe da lista do mobiliário a transportar

Nº Item	Artigo	Quantidade	Valor	Dimensão (cm)	Obs
001	cadeira de escritório	3	500,00 €	110x70x60 95x70x60 80x65x65	
002	cama (soummier)	2	300,00 €	180x85x25	desmontavel
003	cama	1	260,00 €	210x180x58	malm
004	colchão	1	350,00 €	200x160x18	matrand
005	colchão	2	300,00 €	180x80x60	
006	estantes para livros (quarto)	2	53,00 €	77x42x40 77x77x40	kallax
007	mesinha de cabeceira	2	70,00 €	55x48x40	malm
008	Secretária	1	105,00 €	151x73x65	malm
009	Sideboard/Aparador	1	300,00 €	120x65x41 60x41x38	malm
010	Poltrona com pousa-pés	1	248,00 €	91x83x82 60x40x40	ekenas
011	cadeira de quarto	2	100,00 €	98x58x51	harry+henriksdal
012	cómoda/camiseiro	2	298,00 €	123x80x48	malm
013	banco de madeira de 2 degraus	1	12,00 €	50x40x40	branco
	TOTAL (estimativa)		**2.896,00 €**		

Cláusula 30.ª

Condições específicas

1. Na origem:
   a. Fornecimento e utilização de material de embalagem adequado à mudança, nomeadamente, caixas de cartão especial para quadros, livros e roupas, bobines de plástico de bolha, papel para acondicionar os bens;
   b. Embalamento adequado dos bens a transportar;
   c. Embalagem especial para quadros, pratas, espelhos e mármores devidamente protegidos, bem como todos os objetos cuja fragilidade seja suscetível de dano;
   d. Embalagem adequada para bens especiais, como instrumentos musicais;
   e. Colocação de roupas em roupeiros de cartão;
   f. Execução de "Packing list" dos bens a transportar, onde o cliente fica em posse de uma cópia;
   g. Acondicionamento adequado dos bens;
   h. Transporte internacional a ser efetuado em meio próprio para o efeito.
2. No destino:
   a. Descarregamento na residência no destino;
   b. Desembalamento dos bens;
   c. Bens entregues montados e instalados, adequadamente, prontos a utilizar, conforme se encontravam no local de recolha;
   d. Em bens especiais, como instrumentos musicais, que impliquem afinação devido ao transporte, o serviço de afinação deve ser garantido;
   e. Retirada do material de embalagem e cartões usados, no mesmo dia do fim do serviço.